



1 **Ata da 18ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S.** Ao dia 16 do mês
2 de setembro de dois mil e quatorze, às dezoito horas, na Sala de Reuniões do Conselho
3 Municipal de Saúde, situada na rua XV de Novembro, 120 na cidade de Ponta Grossa,
4 realizou-se a décima sétima reunião ordinária do CMS de Ponta Grossa. Estavam presentes os
5 conselheiros, Robson Xavier da Silva, Charles Renan Pinto Aurélio, Regina Bittencourt, Elaine
6 Cristina Antunes Rinaldi, Vera Lucia Wosgerau, Gerusa Clazer Halila Possagno, Sergio
7 Ferreira Doszanet, Jiovany do Rocio Kissilevicz, Recson Eder Marques Pelentil, Paulo Saincler
8 Heusi, José Timoteo Vasconcellos, João Carlos dos Santos Camargo, Genecilda Lourenço
9 Gotardo, Sergio Luiz Ferreira de Andrade, Irmã Anizia Horodenski a Presidente Jiovany do
10 Rocio Kissilevicz, assumiu os trabalhos e procedeu a abertura da reunião cumprimentando a
11 todos os presentes, conselheiros e participantes. Pauta do dia: **1. Leitura da ata e Aprovação:**
12 **17ª Ata da reunião ordinária. 2. Relato Geral. 2.1. Relato das Comissões. 2.2 Informes Gerais.**
13 **3. Ordem do dia. 3.1 Apresentações do SISPACTO 2014. 3.2. Apresentação e Aprovação da**
14 **Construção da Unidade de Saúde Jardim Panamá. 3.3. Apresentação do 2º Relatório**
15 **Quadrimestral de Gestão, referente o período de maio de 2014. 1. Leitura da ata e**
16 **Aprovação: 17ª Ata da reunião ordinária.** A presidente Jiovany do Rocio Kissilevicz pergunta
17 se alguém tem alguma ressalva o conselheiro Sergio Ferreira Doszanet solicita que seja
18 colocado em ata o questionamento dele feito referente à UPA (Unidade de Pronto
19 Atendimento), e resposta do Senhor Juliano, devido a essa ressalva a aprovação da ata ficará
20 para a próxima reunião. . **2. Relato Geral. 2.1. Relato das Comissões.** O conselheiro Sergio
21 Ferreira Doszanet fala que referente à Comissão eles se reuniram e analisaram as entidades e
22 tiveram informações jurídicas, drª Silvia Filipaki Biscaia, representante OAB (Ordem dos
23 Advogados do Brasil), apareceram mais alguns itens, a comissão deliberou que fossem
24 encaminhados a Secretaria para resposta referente as entidades então fica em aberto até a
25 próxima reunião para a comissão receber essas documentações para poder ser analisado
26 essas entidades. E fala que a entidade Doutores da Alegria foi a única que foi aprovada. A
27 presidente Jiovany do Rocio Kissilevicz fala que a entidade Rede Feminina de Combate ao
28 Câncer enviou um ofício ao CMS (conselho Municipal de Saúde) informando que ainda não tem
29 parecer nenhum. O conselheiro Sergio Ferreira Doszanet fala que a entidade vai ficar
30 indeferida até emissão do parecer jurídico da Controladoria. A presidente Jiovany coloca em
31 votação a aprovação da entidade Doutores da Alegria aprovado por 15 (quinze) votos e uma
32 abstenção. **2.2 Informes Gerais.** A secretaria executiva do CMS, Sueli Terrezinha Mensen fala
33 que a secretaria tava em eminência de cortar hora extra e foi conversado com a mesa diretora
34 sobre a alteração do horário de funcionamento do Conselho de 12h00 (doze) horas as 18h00
35 (dezoito) horas e foi discutido se fosse viável iria acontecer; fala que segundo o Departamento
36 Jurídico da prefeitura disse que não é possível a alteração da carga horária devido ao relógio
37 ponto e fala que entrou em contato por telefone com a Patrícia Mendes, para ver como ficaria
38 a situação delas (das Secretarias do Conselho) por que as secretarias entram às oito horas no
39 conselho e se estende o horário das reuniões de comissões e plenárias. E fala que foi
40 informada pela senhora Patrícia que elas(secretarias CMS) teriam que alterar a jornada de
41 trabalho tipo uma escala e conforme a necessidade da Jiovany. Sueli T. Mensen fala que foi
42 procurar o Sindicato, por tem sumula e jurisprudências normatizando que de maneira alguma
43 se altera o contrato que vá prejudicar o trabalhador. Fala que informa ao pleno para ver a forma
44 que vai ficar essas reuniões por que a secretaria vai cortar as horas extras, fala que no seu
45 ponto de vista é uma pressão contra os funcionários pra que os mesmos peçam para sair, e
46 com essa pressão vê se a possibilidade de colocar alguém no lugar delas. Fala que o caminho
47 não é por ai por que não podem aceitar uma coisa que vá prejudicar as funcionarias, por que
48 tem família e responsabilidades fora do Conselho e não podem contentar uma coisa que venha
49 de encontro com o interesse da Secretaria por que sabe que o conselho é de relevância



Conselho Municipal de Saúde

Ponta Grossa - Paraná

50 pública e tem coisas importantíssimas sendo tratados dentro do conselho, e relata que em
51 alguns departamento dentro da prefeitura tem hora extra e acha irrelevante cortar trinta horas
52 extras que é quase nada comparado a alguns que fazem R\$5.000,00 (cinco mil) reais em hora
53 extra. A presidente fala que a jornada de trabalho das secretarias ficou da seguinte forma: A
54 secretaria Ivone de Paula Teixeira entra no conselho as 08h:00 (oito) horas e sai as 17h:00
55 (dezessete) horas e a funcionaria Sueli Terezinha Mensen entra as 09h:00 (nove) horas e sai
56 as 18h:00 (dezoito) horas. A presidente do conselho Jiovany fala que por enquanto esta dessa
57 forma o horário e as secretarias vão ficar nas reuniões por enquanto por que e preciso que
58 fiquem para reunião de comissão e nas reuniões Ordinária e extraordinária. O conselheiro
59 Sergio Ferreira Doszanet fala que referente à resolução 453 do conselho regional de estrutura
60 e condicionamento do conselho, fala que a resolução diz que o conselho contara com uma
61 secretaria executiva preparada para a função, suporte técnico, subordinada ao pleno que
62 definira sua estrutura e demissão. Fala que não e muita hora extra e entende que as horas que
63 elas ficam a mais tem que ser paga como hora extra, por que elas são o braço direito do
64 conselho e pagar de trinta a quanta hora extra não vai deixar mais pobre a secretaria e não vai
65 mudar nada, e elas são parte da estrutura do conselho, elas fazem a parte administrativa e irão
66 fazer as horas extras que forem necessárias, para o ano que vem que tem plenária e tem as
67 conferencias elas irão fazer horas extras e a secretária irá fazer a parte dela, a presidente
68 Jiovany do Rocio Kissilevicz pergunta a plenária se estão todos com o mesmo posicionamento
69 do conselheiro Sergio e todos os conselheiros entram em consenso com o posicionamento
70 dele. A secretaria executiva Sueli Terezinha Mensen reforça para que não fique nenhuma
71 duvida que não foi a presidente que falou que as secretarias ficariam a disposição dela, foi a
72 Patrícia que falou isso. O conselheiro Recson Eder Marques Pelentil fala que não cabe a
73 secretaria deliberar sobre assuntos administrativos do conselho, e fala que a 453 deixa bem
74 claro que cabe ao conselho deliberar sobre a sua estrutura administrativa e quadro do pessoal
75 então depende do conselho, fala que não e a secretaria chegar e falar que vai fazer, se o pleno
76 do conselho deliberou, a 453 que é nacional deixa isso bem claro que se o pleno delibera a
77 secretaria tem que acatar. O conselheiro Robson Xavier da Silva fala que como conselheiro
78 suplente e representando o superintendente que não se encontra no momento, O conselheiro
79 fala que no começo da fala que transpareceu como se fosse uma atitude retaliatória da
80 secretária a essas horas extras, o conselheiro conta que foi feito uma reunião com a secretária
81 e a secretária como um todo e o conjunto da prefeitura apresentava um volume muito grande
82 de horas extras e disse que sabem na situação orçamentária não só da secretaria mas toda o
83 conjunto da prefeitura, fala ainda que não tem propriedade do assunto e gostaria de dizer que
84 não é uma atitude retaliaria contra o conselho e se trata de uma medida administrativa de
85 contenção de horas extras e isso per calçou por todas as áreas da a secretária no que diz
86 respeito as normas que foram citadas pelos outros conselheiros tem que ser verificado sim e
87 até quando a condução administrativa e funcional do conselho e considerando que os
88 servidores são cedidos pela secretária isso deve ser negociado. E fala que isso não e só com
89 as horas extras das funcionarias do conselho, mas do conjunto da secretária e o conjunto da
90 prefeitura. O conselheiro Sergio Ferreira Doszanet fala que o corte de horas extras e só cortar
91 os comissionados que sobra dinheiro a vontade na secretaria, por que tem muito comissionado
92 ganhando muito e fazendo pouco serviço, fala ainda que tem alguns comissionados bons mas
93 também tem alguns comissionado que não serve nem pra limpar o chão da secretária. Fala
94 ainda que a estrutura do conselho e uma estrutura pré definida há anos aqui dentro do
95 conselho, então se colocar em cima da resolução 453 diretriz 4 (quatro) não se mexe. A
96 senhora Alexandra Strack Camargo fala que a folha de pagamento dos cargos comissionados
97 não chega a dar R\$ 90.000,00 (noventa mil) reais e as horas extras estavam em torno de R\$
98 500.000,00 (quinhentos mil) reais, e fala que se cortar os comissionados não soluciona os



99 problemas hoje. O conselheiro Sergio Ferreira Doszanet sugere ao conselho que solicite a
100 secretária que faça uma relação total de todos os comissionados com hora extra salário de
101 cada um, e envie para a Comissão de Orçamento do conselho que dia 10 (dez) de Outubro vai
102 tem outra reunião referente a Comissão dos Leigos e estão todos convidados a participar. A
103 presidente Jiovany do Rocio Kissilevicz fala que tem que tirar dois conselheiros para fazer parte
104 da Comissão do CAS e sendo que o CAS já pediu pauta para a próxima reunião plenária. O
105 conselheiro João Carlos dos Santos Camargo e Sergio Ferreira Doszanet vão ficar na
106 comissão do CAS. **3. Ordem do dia. 3.1. Apresentação do SISPACTO 2014.** Apresentado
107 pela senhora Alexandra Luise Lopes, inicia a apresentação do SISPACTO 2014, fala que a
108 base legal do SISPACTO e o decreto 7.508 (sete mil quinhentos e oito) que regula a lei 8080
109 (oito mil e oitenta) que fala sobre o planejamento, assistência, articulação interfederativa e
110 cumpre o papel de aprimoramento dos processos da pratica do ciclo do SUS. Fala que o
111 decreto em si fala sobre o fortalecimento do planejamento integrado do sistema de saúde, e
112 fala que dentro deste decreto foi definido um hool de indicadores únicos que deve ser utilizado
113 nos planejamentos do SUS que são planos de saúde a programação anual, o relatório de
114 gestão, o SISPACTO ou o COAP, fala ainda que o COAP o estado do Paraná ainda não
115 assinou ele e pela resolução cinco da comissão intergestora do PARTIT quem ainda não fez
116 pactuação no COAP deve fazer o SISPACTO e então por isso que estão fazendo a pactuação
117 do SISPACTO. Fala que com a construção do plano de saúde do ano passado, já utilizaram
118 este hool de indicadores e fala que o que ela vai apresentar tem tudo dentro do plano de
119 saúde, e então disse que vai apresentar mais resumido por que já tem tudo no plano de saúde
120 só tem um ou outro que plano que e especifico que não vale à pena colocar no plano de saúde.
121 A senhora Alexandra conta como e feito o monitoramento e avaliação, fala que todos os
122 indicadores são apurados e avaliados o resultado através do relatório de gestão que deve ser
123 apresentado ate o dia 30 (trinta) de março do ano seguinte conforme a lei 141 assim como os
124 indicadores do plano, o hool de diretrizes; a senhora Alexandra fala que foi enviado aos
125 conselheiros por e-mail a pactuação com indicador por indicador. Fala que a diretriz numero 1
126 (um) fala sobre a população estimada das equipes de saúde da família, as internações
127 sensíveis a atenção básica a escovação dentaria, a diretriz 2 (dois) fala sobre o monitoramento
128 da unidade de saúde com notificação de violência, a diretriz 3 (três) fala sobre os exames
129 topatologicos, mamografia de mulher de 50 (cinquenta) a 69 (sessenta e nove) anos, proporção
130 de partos, a diretriz 4 (quatro) fala sobre a cobertura do CAPS, a diretriz 5 (cinco) fala sobre a
131 taxa de mortalidade prematura e menores de 70 (setenta) anos pelo conjunto das 4 (quatro)
132 principais doenças crônicas, doenças do aparelho circulatório, de câncer, diabetes e doenças
133 respiratórias crônicas, a diretriz 7 (sete) proporção de vacinas do calendário básico de
134 vacinação da criança, proporção de cura de casos novos de tuberculose, proporção de registro
135 de óbitos com causa básica definida, da diretriz 7 pula para a diretriz 11 (onze), isso já é
136 definido pelo Ministério, a diretriz 11 fala sobre a proporção de trabalhadores que atendem ao
137 SUS, na esfera pública com vínculos protegidos, diretriz 12 (doze) fala sobre proporção de
138 plano de saúde enviado ao conselho de saúde, proporção de conselhos de saúde cadastrados
139 no sistema de acompanhamento dos conselhos de saúde – SIACS, e a diretriz 13 (treze) que é
140 proporção de municípios com ouvidorias implantadas, no total a gente tem 34 (trinta e quatro)
141 indicadores, tem alguns especificos dentro dessas diretrizes que a gente não pactua, o fluxo
142 dessa pactuação primeiro é feita uma conversa com os municipios feito levantamento de
143 dados, e é feito uma pactuação na CIB Regional, depois tem que ser aprovado pelo CMS,
144 depois da aprovação do CMS tem que ter um Registro e Validação das Metas no SISPACTO
145 na pagina do Ministério, pela portaria deste ano o registro tem que ser feito até o dia 30,
146 acredito que eles irão prorrogar pelo fato do Ministério mesmo ter atrasado a pactuação, e daí é
147 feita a homologação pela Secretária de Estado. O conselheiro Sergio Ferreira Doszanet fala



148 que essa pactuação irá ter que vir no Relatório Anual de Gestão então não precisa ir para a
149 comissão, porque o que for pactuado se não vim esmiuçado no Relatório Anual de Gestão nós
150 não aprovamos o mesmo, então não há necessidade de aprovar o pacto que nos vamos
151 analisar no Relatório de Gestão. A conselheira Genecilda Lourenço Gotardo questiona o que
152 não pactua e porque não pactua a Senhora Alexandra Luise Lopes fala que algumas coisas
153 eles são específicos de alguns municípios, por exemplo, que tem hospital que é municipal no
154 nosso caso tem, mas a gente não pactua, ou que trabalham com alguns sistemas que são do
155 Ministério tem que pactuar, por exemplo, na farmácia quem trabalha com o sistema do
156 Ministério tem que fazer pactuação, e alguns são específicos de algumas cidades então Ponta
157 Grossa tem algumas coisas que não são específicas da cidade então não se pactua isso já
158 vem pré-determinado. A presidente Jiovany do Rocio Kissilevicz coloca em regime de votação,
159 aprovado por 17 (dezessete) votos. **3.2. Apresentação e Aprovação da Construção da**
160 **Unidade de Saúde Jardim Panamá.** A senhora Alexandra Luise Lopes fala que a base legal
161 deste pedido dessa construção da Unidade da Saúde da Família ele era uma resolução do
162 Estado não do governo Federal, mas essa resolução nº426/2014, tinha um prazo muito justo
163 para se contemplar, e não ia dar tempo de passar pelo CMS, para fazer uma análise para ter
164 esta aprovação, então solicitei a Mesa um AD-Referendum e que eu me comprometi a vir e
165 apresentar esta construção para vocês, para ter uma aprovação normal, então a base legal
166 dessa construção é Resolução SESA nº 453/2013 e Resolução SESA nº426/2014, eles
167 solicitavam dentro dessa resolução Tipo de Obra: USF-Tipo 03 que é uma Unidade da Saúde
168 da Família com 3 equipes, Modalidade: Construção, Lei de Criação do FMS, CNPJ do FMS,
169 Dados Bancários do FMS, Conselho Municipal instituído e em funcionamento, Plano Municipal
170 de Saúde, Planejamento Municipal de Estrutura de Atenção Primária em Saúde, Aprovação do
171 CMS, Área de Abrangência:Lagoa Dourada I, Lagoa Dourada II, Residencial Londres, Jardim
172 Panamá, Costa Rica I, Costa Rica II, Costa Rica III, fala ainda que pediu um AD-Referendum
173 do CMS , por causa do período eleitoral porque o governo não podia assinar nada após o dia
174 25 de junho, o prazo de licitação é de 90 (noventa) dias a partir da assinatura do contrato do
175 termo de adesão, então ela já está na Secretaria de Planejamento para fazer a abertura dessa
176 licitação. A presidente Jiovany questiona sobre a data de inicio da obra, a senhora Alexandra
177 Luise Lopes fala que dentro do termo assinado pelo prefeito nós temos 90 dias para a licitação,
178 e tem um mês e meio ainda para fazer a licitação. A presidente Jiovany do Rocio Kissilevicz
179 coloca em regime de votação, aprovado por 17 (dezessete) votos. **3.3. Apresentação do 2º**
180 **Relatório Quadrimestral de Gestão, referente o período de maio de 2014.** A Senhora
181 Elaine Machado fala sobre o demonstrativo de despesas recursos próprio com ações e
182 serviços de saúde: fonte de recurso, orçamento inicial, empenhado, liquidado, e o valor pago. A
183 presidente Jiovany fala que a reunião referente à Conferência ficou para dia 06 de outubro às
184 17h30min em consenso com a plenária. A presidente Jiovany do Rocio Kissilevicz encerra a
185 reunião às 20h30min.

186
187
188
189
190